
Pesquisa etnográfica com povos indígenas em Pernambuco: estratégias metodológicas mediante a pandemia do covid-19

Maria da Penha da Silva¹

Resumo: O presente texto é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, situada nos debates sobre protagonismos indígenas, com ênfase nas ações coletivas desses/as na Educação Superior. Porém, mediante a contexto atual da pandemia, desafiando os/as etnógrafos/as que estavam realizando pesquisas de campo, pretendemos compartilhar algumas estratégias metodológicas possíveis para continuarmos à nossa pesquisa mesmo durante a pandemia. Ressaltamos que os povos indígenas em Pernambuco são falantes da Língua Portuguesa, dominam as chamadas novas tecnologias e várias ferramentas tecnológicas de comunicação. Esse aspecto favoreceu o redirecionamento metodológico da nossa pesquisa. Se antes realizávamos uma etnografia a partir da inserção física no campo, atualmente impedida essa possibilidade. Contudo, recorreremos à etnografia online, não restringindo-nos à observação e análise de comportamentos e exposições dos/as atores da pesquisa nas plataformas eletrônicas e virtuais, mas, também usamos estas plataformas como ferramentas de comunicação e interações etnográficas.

Palavras-chave: Pesquisa de campo; povos indígenas; COVID-19

Abstract: This text is part of an ongoing doctoral research, situated in the debates on indigenous protagonists, with an emphasis on their collective actions in Higher Education. However, given the current context of the pandemic, challenging the ethnographers who were conducting field research, we intend to share some possible methodological strategies to continue our research even during the pandemic. We emphasize that the indigenous peoples in Pernambuco are speakers of the Portuguese language, dominate the so-called new technologies and various technological tools of communication. This aspect favored the methodological redirection of our research. If before we carried out an ethnography based on physical insertion in the field, this possibility is currently prevented. However, we resort to online ethnography, not restricting ourselves to the observation and analysis of behaviors and exposures of the research actors on electronic and virtual platforms, but we also use these platforms as communication tools and ethnographic interactions.

¹ Doutoranda em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco, Campus Centro Acadêmico do Agreste; Especialista em Culturas e História dos povos indígenas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Campus Recife; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Históricas, Educação e Culturas-NEPHECs/UFRPE. Membro do Laboratório de Estudos de Ação Coletiva e Cultura – LACC/UPE. E-mail: mdpenhadsilva@yahoo.com.

Keywords: Field research; Indian people; COVID-19.

Introdução

Os povos indígenas no Nordeste se constituem como “objeto de pesquisa” de forma mais acentuada na Antropologia brasileira a partir dos anos 1990, quando ocorreram grandes mobilizações políticas e articulações de coletivos a nível regional, nacional e internacional por esses atores. Pois, considerados pela historiografia brasileira e regional como mestiçados e integrados à sociedade nacional, sem aparente distinção sociocultural, grande parte desses povos não eram sequer reconhecidos como grupos étnicos pelos órgãos indigenistas que se diziam protetores dos povos indígenas no país. Então, as mobilizações pelo reconhecimento étnico e outros direitos originários no contexto da elaboração da Constituição Federal em 1988 sobretudo o direito aos territórios, rompeu esse silenciamento e negação da existência dessa população que se afirmava “culturalmente” diferenciada, assim, despertando a atenção e interesse de pesquisadores/as e departamentos de pesquisas, no intuito de compreender aquele fenômeno, (Oliveira, 2016).

Portanto, os povos indígenas em Pernambuco também encontravam-se imersos naqueles processos de emergências étnicas no Nordeste. Entre meados dos anos 1980 ao final da década seguinte, este estado foi palco de intensas mobilizações políticas empreendidas por essa população, que vivenciaram recorrentes conflitos locais e ações violentas por parte dos fazendeiros invasores dos territórios reivindicados pelos indígenas. Foi no decorrer desses processos que se forjaram as primeiras produções antropológicas a respeito desses grupos sociais naquele período, com destaque para o trabalho de Souza (1992), sobre o atualmente conhecido povo Xukuru do Ororubá habitante nos municípios de Pesqueira e Poção². Nossa pesquisa se insere no campo dos debates sobre as mobilizações políticas dos povos indígenas nesse estado, com recorte empírico no âmbito da Educação Superior nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE e IF-Sertão/PE).

²Pesqueira é um município localizado na região do Semiárido pernambucano à 215 km da capital. Com uma população de aproximadamente 67.395 pessoas. Dessas, em torno de 12.000 indivíduos compõem os povos Xukuru de Cimbres e Xukuru de Ororubá. Poção é o município vizinho, onde na Aldeia Pão de Açúcar foram contabilizados 800 indígenas do Xukuru do Ororubá (IBGE, 2010).

Trata-se de uma etnografia multilocal, off-online e colaborativa, considerando os diversos lugares de circulação e produção de conhecimentos e colaboração mútua entre os participantes – pesquisadora e pesquisados/as, o compromisso ético e social assumido por ambos em nome de uma causa comum: o fortalecimento dos debates a respeito das demandas coletivas que motivam os povos indígenas a buscar a formação na Educação Superior de qualidade. Nessa direção, o presente texto, sem apresentar profundas análises, mas provocar reflexões sobre os limites e as possibilidades de continuidade da pesquisa de campo sobre/com os povos indígenas em situação de longo contato com a sociedade não indígena, considerando o respeito aos protocolos de proteção contra o COVID-19, sobretudo, quando no atual contexto presume a necessidade do isolamento social tanto dos/as pesquisadores/as, quanto dos/as pesquisados/as.

Organizado em quatro seções mais as considerações finais, buscamos atender os seguintes objetivos específicos: a) Na primeira seção, situar como ocorreu nossa aproximação com a temática indígena; b) Na segunda seção, descrever a trajetória de aproximação e delimitação do campo empírico e dos atores; c) Na terceira seção, problematizar a situação dos povos indígenas mediante a pandemia do COVID-19 e as impossibilidades de estarmos em campo fisicamente; d) Na quarta seção, descrever as estratégias metodológicas possíveis para continuidade da pesquisa durante a pandemia. Por fim, nas considerações finais expressamos uma síntese das nossas impressões sobre a trajetória da pesquisa e destacamos algumas questões éticas que contribuíram para o andamento da pesquisa por meio do respeito mútuo.

Antes da pandemia – Etapa I: “A pesquisa exploratória”

Compreendemos que a pesquisa exploratória inicia na fase de aproximações com a temática a ser estudada, necessária para o processo de delimitação do campo empírico, a seleção dos/as atores, e elaboração de estratégias de inserção efetiva nesse campo, (Minayo, 2010). Nesse sentido, descrevemos como ocorreu nossa aproximação com a temática indígena e o contato com os povos em Pernambuco. Sendo necessário rememorar nossa participação como cursista de uma Especialização em História das Artes e Religiões entre os anos de 2006 a 2007 (UFRPE/Recife), quando tivemos a oportunidade de visitar o Território Xukuru do Ororubá durante a VII Assembleia

promovida por aquele povo. A partir daquele evento buscamos aprofundar os conhecimentos acerca dos povos indígenas nesse estado, e sempre que possível participávamos de eventos acadêmicos e também nos territórios onde habitam. Sobretudo, no que se referia às questões relacionadas à Educação, religião e mobilizações políticas.

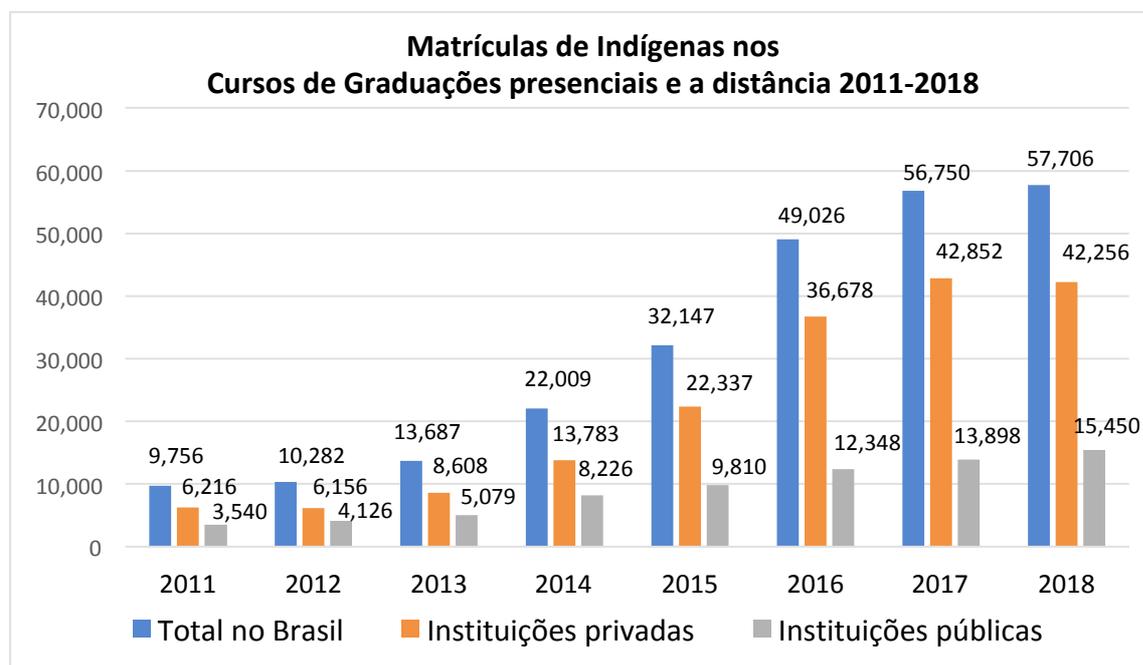
Nesse percurso, chamou nossa atenção os dados do último Censo demográfico do IBGE/2010, ao destacar o estado de Pernambuco pela quantidade populacional indígena significativa no âmbito regional e nacional. Sendo o primeiro estado na região Nordeste, somando 60.995 indivíduos, e o terceiro no Brasil, ficando abaixo do Amazonas com 183.514 e o Mato Grosso do Sul com 77.025 indígenas (Brasil, 2012:169). Atualmente estima-se um quantitativo ainda maior, tendo em vista o surgimento do povo Tuxi como mais um povo auto declarado, somando-se à diversidade dos 13 povos anteriormente reconhecidos, onde só o povo Fulni-ô é bilingue, e os demais falam a Língua Portuguesa fluentemente: Atikum; Fulni-ô; Kambiwá; Kapinawá; Pankará; Pankararu; Entre Serras Pankararu; Pankaiwká, Pipipã; Truká; Tuxá; Xukuru de Cimbres; e Xukuru do Ororubá.

A experiência de contatos com os/as indígenas nos territórios onde habitam, depois na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE nos *Campi* Recife e em Caruaru-PE, nos fizeram perceber algumas problemáticas emergentes na Universidade devido a especificidade sociocultural desse público estudantil. Por exemplo, certo estranhamento por parte de alguns/mas professores/as e estudantes não indígenas ao se deparar com esses novos sujeitos no ambiente universitário; a dificuldade de compreenderem às demandas sociopolíticas específicas desses grupos étnicos. Ao mesmo tempo que também observamos a lacuna de estudos sobre esse tema a nível local. Encontrando apenas duas dissertações de Mestrado e uma Tese de doutorado em Educação. Uma Dissertação e a Tese são sobre o Curso de Licenciatura Intercultural Indígenas – UFPE/Campus Caruaru, a outra Dissertação é sobre a estudantes indígenas do povo Fulni-ô na UPE/Campus Garanhuns em cursos diversos.

Na busca por mais informações, percebemos que a partir de 2011 o Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP incluiu na contagem o número de matrículas nos

curso de graduações presenciais e a distância, considerando o requisito cor/raça. E desde então foi possível acompanhar as estimativas de ingressos de pessoas na Educação Superior pelo critério étnico-racial. Sobre os povos indígenas observamos um crescimento substancial de matrículas na última década. Certamente reflexos da implantação das políticas afirmativas por meio das cotas e reservas de vagas somando-se às políticas de assistência estudantil (Lima, 2016).

Gráfico - 1: Indígenas matriculados na Educação Superior 2011-2018 no Brasil



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2018 - INEP.

Nesse gráfico é possível observar que no geral os números de matrículas de indígenas na Educação Superior entre os anos de 2011 e 2016 cresceram cinco vezes mais, passando de 9.756 para 49.026 matriculados. Sabendo que no ano de 2012 foi aprovada a Lei nº 12.711/2012, conhecida como a “Lei das cotas” possibilitando aos/as estudantes advindos de escolas públicas e de famílias de baixa renda, pretos, pardos ou indígenas ingressarem na Educação Superior nas instituições federais. Em 2013 foi publicada a Portaria nº 389, criando o auxílio permanência destinado aos estudantes indígenas e quilombolas matriculados nos cursos de graduações nessas instituições.

No caso de Pernambuco, as informações encontradas no censo do INEP são relevantes para nossas reflexões, considerando que esse estado permanece em primeiro lugar na Região Nordeste com maior número de indígenas matriculados/as na Educação Superior (Brasil, 2018). Quando o Brasil totaliza 57.706 indígenas matriculados nesse nível de formação, o Nordeste com 21.583 e Pernambuco com 5.561. Semelhante ao contexto nacional e regional, neste estado, grande parte do público estudantil indígena, 4.733 estão nas instituições privadas e apenas 828 nas instituições públicas.

Portanto, essa informação indica que, embora as políticas afirmativas pesem de forma positiva no crescimento das matrículas e permanência desse público estudantil na Educação Superior, a adesão às instituições privadas permanece significativamente mais elevada. Em 2013, estudos apontavam que as instituições privadas eram as mais acessíveis aos indígenas, pois muitas estão localizadas mais próximas dos territórios onde habitam, portanto, distantes das instituições públicas (Lima; Barroso, 2013:57). Ao que parece, mesmo após a expansão universitária e a interiorização da Educação Superior pública, o número de instituições públicas continua bem inferior às instituições privadas. Em contrapartida o governo implantou o Programa Universidade para todos – PROUNI, o qual garante bolsa de estudos integrais ou parciais para estudantes em condições de vulnerabilidade social. Isso significa admitir que as instituições públicas não têm capacidade para atender toda a demanda, ao mesmo tempo em que ocorre a transferência de recursos para o setor privado, potencializando este em detrimento do outro. Portanto, ainda prevalece o maior número de matrículas de indígenas nas instituições privadas.

De forma geral, as expectativas sobre as políticas estatais para o acesso e a permanência de indígenas na Educação Superior, caminha como política de governo e não de Estado. Como citamos, se entre os anos de 2011 à 2016 observamos um aumento bastante significativo desse fluxo de matrículas a nível nacional e regional, também é visível que nos anos seguintes ocorreu um desaceleramento nesse crescimento, inclusive, em 2018 as matrículas no setor privado tiveram uma leve redução.

Enquanto no setor público os governos que assumiram o país após 2016, não somente têm negligenciado os direitos dos povos indígenas ao acesso à educação formal, em geral têm violado todos os direitos fundamentais, inclusive o direito à vida, na

medida em que descumpra à obrigação de demarcar e proteger os territórios indígenas. Não queremos, dessa forma, negar equívocos dos governos anteriores, sobretudo no que se referiu à “ideologia desenvolvimentista” implantando grandes empreendimentos estatais e ignorando a expansão do agronegócio nos territórios indígenas, como mencionado por Lima (2016). Todavia, é visível que a situação no último quadriênio se agravou sem precedentes. Logo, essa situação, certamente, vem impactando na dificuldade de articulação de várias demandas políticas dos povos indígenas, sendo uma dessas, a busca pela Educação Superior.

Mediante o contexto apresentado, o qual evidenciava a diversidade de povos indígenas e de instituições de Educação Superior em Pernambuco (incluindo as Universidades Federais, Federal Rural, a Universidade Estadual, as Faculdades Municipais, e as do setor privado) frequentadas por estes/as, não tínhamos bem definido qual seria o nosso recorte empírico. Então decidimos estreitar os laços de aproximação com aqueles/as indígenas que estudavam em Recife.

Antes da pandemia – Etapa II: limites e possibilidades no processo de delimitação do campo empírico

Nessa etapa contamos com a importante colaboração do indígena Tarisson Nawa³ que cursava jornalismo na UFPE e se interessou para conhecer e se aproximar dos povos indígenas em Pernambuco, sobretudo da juventude indígena. Firmamos uma parceria onde Tarisson nos acompanhou em alguns eventos no território Xukuru do Ororubá, no município de Pesqueira. Alguns desses eventos contava com a presença de outros povos. Assim, nosso parceiro foi apresentado e bem acolhido pelos “parentes” pernambucanos, resultando numa relação amigável com a juventude indígena, e posteriormente foi a alguns eventos sozinho, inclusive no território de outro povo. Ao mesmo tempo conseguiu alguns contatos de indígenas que estudavam no interior, os quais não conhecíamos.

A parceria com o Tarisson Nawa trouxe a vantagem da sua formação em comunicação, o domínio das mídias e redes sociais e a linguagem juvenil, tornando

³O Povo Nawa habita em grande parte no Município de Mâncio Lima/Acre, embora algumas famílias habitem outros municípios nesse mesmo estado, como em Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Rio Branco. Além de outras cidades em outros estados, a exemplo de Porto Velho/RO e Manaus/AM, e no Peru país vizinho. Mais informação consultar o site do Instituto Socioambiental: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Nawa>.

assim mais fácil a localização e as relações com outros indígenas em Recife, para além dos que conhecíamos. Nesse percurso nosso parceiro foi selecionado para estagiar no setor de comunicação na Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, onde foi informado sobre a existência de um grupo de indígenas recém-constituído que se reunia naquela instituição. Além das reuniões presenciais, também criaram um grupo no WhatsApp, este recebeu o nome “Grupo de Estudos Indígenas”. Parecia ser este o propósito inicial do grupo. Todavia, sua composição era bastante diversa e ao mesmo tempo dispersa.

A composição contava com indígenas auto declarados de várias etnias, não só de Pernambuco, mas, também de outros estados e regiões: Pankararu/PE, Xukuru do Ororubá; Kariri-Xokó/AL; Wapixana/RR; Karapotó/AL; Guarani/SP; e o próprio Tarrisson Nawá/AC. Com isso os interesses eram múltiplos, além de serem estudantes de áreas acadêmicas bastantes distintas: Veterinária, Letras, Jornalismo, Designer gráfico, Pedagogia, Enfermagem, Cinema, Artes Visuais, Pós-Graduação em Serviço Social. Embora se reunissem na UFRPE, era provenientes de outras instituições públicas e também privadas. Então, os interesses se expressavam desde a busca por ajuda para lidar com situações cotidianas relacionadas à vida acadêmica, inclusive adoecimentos devido a fatores emocionais, às demandas por uma preparação para entrarem na Pós-Graduação.

Entre encontros e desencontros, de interesses e desinteresses, não ocorreram mais que cinco reuniões. Dentre estas, apenas uma com o objetivo de estudo, onde contou com um convidado, professor da UFPE, especialista na História Indígena para expor um dos textos de sua autoria e discuti-lo com o grupo. Em uma das reuniões subsequentes houve certa tensão gerada por disputa de liderança, e conseqüentemente, as reuniões presenciais se esvaziaram, enquanto o grupo do WhatsApp crescia com a inclusão de indígenas de várias partes do país, porém não havia uma pauta comum. Servindo mais como espaço de divulgação de eventos e promoções individuais de alguns/mas.

Foi nesse contexto que fomos informados sobre uma reunião para preparação do I Seminário de Estudantes Indígenas no Nordeste – SEMIN. A reunião ocorreu no mês de setembro de 2018 em Pesqueira em meio a um evento organizado pelo Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE. Do grupo dos estudantes indígenas no Recife foi somente uma pessoa, alguns alegaram falta de agenda, a maioria ausência de recursos para custear o transporte, todavia, não percebemos nenhuma movimentação para vencer essa dificuldade. Estando no evento, observamos uma intensa participação dos estudantes indígenas do IFPE, e pontualmente das lideranças jovens dos dois povos locais, mais o Cacique do povo Xukuru do Ororubá. A reunião em si para pensar a organização do SEMEIN contou com a presença de 15 estudantes indígenas, dentre esses/as os Xukuru do Ororubá, os Xukuru de Cimbres, além dos potiguaras/PB, Pataxó Hã-hã-hãe/BA; Tumbalalá/BA; Truká/PE; e Pankararu/PE.

Embora aquele grupo também apresentasse certa diversidade, chamou a atenção que todos os membros estudavam em instituições públicas e apresentavam uma demanda comum, a necessidade de se articularem politicamente a nível regional e nacional. Então, foi essa situação que me seduziu, pois fui tomada pelo desejo de compreender as formas de organizações e articulações das demandas sociopolíticas dos estudantes indígenas nas instituições pública em Pernambuco. Porém, a diversidade de instituições públicas nesse estado constitui ainda situações muito complexas, fosse pelas categorias dessas instituições, incluindo as Universidades Federais, Federais Rurais, os Institutos Federais, a Estadual e ainda as municipais existentes em Pernambuco. Portanto, considerando a ativa mobilização dos que participaram daquele evento no IFPE, sobretudo os estudantes naquela instituição, decidimos delimitar nosso campo de pesquisa apenas às ações dos indígenas de uma única categoria institucional, os discentes nos Institutos Federais. Mais especificamente em três Campi situados naquela região (Campus Pesqueira – IFPE; os *Campi* Floresta e Salgueiro – IF/Sertão PE).

Todavia, fisicamente, os referidos *Campi*, naquela fase da pesquisa não exigia nossa observação presencial, pois chamou mais atenção a participação de alguns/mas dos estudantes indígenas nas demais reuniões de organização do SEMEIN. Alguns virtualmente e uma presencialmente. Com isso, passamos a acompanhar as reuniões no Território do povo Potiguara, mais especificamente no município de Baía da Traição/PB. Estas ocorriam em finais de semanas ou feriados. Além desses encontros, os/as organizadores/as criaram um espaço virtual (um grupo do WhatsApp). Encontrávamos imersos/as numa etnografia multilocal, aquela que diferentemente das etnografias

clássicas seria necessário analisar as relações dos/as estudantes indígenas para além do fenômeno localizado, buscando compreender as articulações no contexto global (Marcus, 1995; Clifford & Marcus, 2016; Perret, 2011).

Ao mesmo tempo, tratando-se de uma pesquisa etnográfica colaborativa na perspectiva latino-americana, a qual assume um compromisso ético e social com os grupos ou atores envolvidos na pesquisa de campo, avançando para além da observação participante, onde a colaboração é pensada como “[...] um espaço para a produção de teorias, um lugar crucial onde o conhecimento é criado em colaboração” (Rappaport, 2018:325). Nessa perspectiva, pesquisador/a e pesquisados/as vivenciam situações de colaborações mútuas. Nesses termos nos dispomos a contribuir com a organização do I SEMEIN.

Embora nosso foco estivesse voltado para os estudantes indígenas dos Institutos Federais, observamos que participavam da organização desse evento, também três indígenas daquele primeiro grupo de discentes indígenas observado em Recife. Dentre esses o Tarisson, que viajou de carona conosco para grande parte das reuniões. Como também a indígena do IFPE *Campus* Pesqueira. Nos deslocamos quase que mensalmente do Recife/PE à Baía da Traição/PB para o território do povo Potiguara, perfazendo aproximadamente 190 km de distância durante o mês de novembro de 2018, quando foi realizada a terceira reunião desse grupo, até setembro de 2019 quando ocorreu o evento (onde o maior número de estudantes indígenas participantes foi de Pernambuco), grande parte dos Institutos Federais e alguns/as do grupo de Recife. Ainda durante os encontros para a organização do I SEMEIN, viajamos à Brasília para observar a participação de alguns/as desses/as no 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina/CPIAL, realizado nos dias 3 a 5 de julho na UnB.

Nosso último encontro físico com alguns desses/as estudantes ocorreu em dezembro de 2019, quando foram convidados para assistir a defesa do TCC do Tarisson, e ao final realizaram uma roda de diálogo. Também estavam presentes outros indígenas estudantes moradores na Capital. Durante este evento nos limitamos somente a observar a desenvoltura e as interações de ambos os grupos. Nos meses consecutivos nos dedicamos organizar nossa imersão nos territórios indígenas em Pernambuco e nos

Institutos Federais. Essa nova etapa, exigiu uma licença do trabalho e a mudança de residência para a região do Semiárido pernambucano.

No início de março de 2020 nos mudamos para a cidade de Arcoverde/PE, localizada a 256 km de Recife, porém, estrategicamente central como ponto de apoio para nossa mobilidade entre os territórios indígenas, o *Campus* IFPE- Pesqueira, e os *Campi* Floresta e Salgueiro do IF/Sertão-PE. Enorme foi nossa decepção quando duas semanas após a mudança nos deparamos com a pandemia do COVID-19 em grande parte do Brasil. As instituições públicas fecharam as portas e os povos indígenas também interditaram os acessos aos territórios onde habitam. Nos angustiamos por alguns dias e perguntávamos: o que fazer para continuar a pesquisa de campo? Essa questão nos levou a tentar compreender como se situava os povos indígenas no contexto da pandemia. Passamos a acompanhar os noticiários televisivos cotidianamente, buscamos informações na internet sobre o assunto e bibliografias sobre alguma situação semelhante, que ajudasse a compreender a situação. Percebemos que, de forma geral, os povos indígenas no Brasil faziam parte da população em situação de extrema vulnerabilidade, sobretudo, no que diz respeito às políticas públicas de prevenção e proteção contra o vírus que se espalhava por todo o país.

Durante a Pandemia – Etapa I: os povos indígenas e a necropolítica

Quando assistimos os discursos governamentais em alguns lugares do mundo, observamos que reificam a negação da morte, ao mesmo tempo minimizam o valor das vidas negras, indígenas e populações periféricas sendo essas as mais impactadas pelo número de óbitos. Dessa forma, não podemos desvincular a situação da perspectiva da necropolítica problematizada por Mbembe (2016). Para esse pesquisador, a necropolítica se expressa na transgressão e subversão do direito à vida, justificando a permissão para matar e quem está autorizado para isso. De forma que, as mortes de determinadas populações durante situações de exceções onde o biopoder é forjado no racismo, na eliminação do “outro” por meio de determinadas políticas de Estado ou pela ausência destas, caracteriza-se como políticas direcionadas para a eliminação de determinados grupos populacionais por meio da mortandade.

Pensando nessa direção, vemos que, embora a pandemia do COVID-19 afetasse de alguma forma toda população mundial, expunha situações de extrema

vulnerabilidade dos povos indígenas em razão de determinadas ações do Estado, ou negligência deste. Ao observarmos a História da América Latina, é possível constatar que a necropolítica opera desde as invasões coloniais, a exemplo das chamadas “guerras justas” empreendidas em nome do Cristianismo, porém, alinhadas a serviço do Estado. Quando, aqueles povos nativos que não aceitassem a conversão religiosa, o Estado colonial tinha autorização para declarar guerras, matá-los, subjugar-los em nome de Deus. Outra situação era a própria vulnerabilidade biológica dessa população às doenças transmitidas pelo contato com os colonizadores.

Nesse sentido, existem registros históricos de situações epidemiológicas que afetaram as populações indígenas na América Latina. Numa combinação de fatores biológicos e sociais essas populações tornaram-se “vulneráveis”, em relação às doenças trazidas pelos invasores europeus (Waizbord; Porto, 2018). De forma que, no decorrer dos séculos, essas populações foram acometidas por diversas epidemias: varíola, sarampo, febre amarela, tifo, malária, gripe, peste bubônica, cólera, dentre outras doenças que dizimaram grupos inteiros. Inclusive matando conhecidas lideranças, a exemplo de Martin Afonso Tibiriçá, importante guerreiro Tupiniquim no início do século XVI, dentre outros indivíduos e coletividades (Monteiro, 1994).

No atual contexto, sobre a população mundial, desde o início da pandemia do COVID-19, os noticiários televisivos e outros meios de comunicação de massa diariamente informavam que o Brasil liderava os países da América Latina, e superava os países da Europa nos casos de contágios e números de óbitos pelo COVID-19 ocupando a segunda posição no mundo, abaixo dos EUA. E não por coincidência são dois países governados por políticos que ignoram e repudiam as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e preocupam-se mais com a economia do que com as vidas humanas. Nesse sentido, considerando o histórico colonial e escravocrata de ambos, as populações negras e indígenas são as mais afetadas em razão das condições econômicas e sociais na qual vivem historicamente: residentes em áreas sem saneamento básico, abastecimento irregular de água tratada, e difícil acesso às políticas públicas de saúde.

De forma geral, a atual situação epidemiológica no Brasil descortinou problemas recorrentes na saúde pública há muito tempo existentes, onde profissionais da saúde

são forçados a aderir a necropolítica quando são levados a constatar quem tem mais condições de sobreviver e quais devem ser eliminados/as para salvar essas vidas. Enquanto os leitos de hospitais com aparelhamento necessário para salvar vidas estão ocupados pelos “eleitos” para viver, os corpos “descartáveis” socialmente são depositados aos montes nas covas abertas oficialmente para esse fim.

No tocante aos povos indígenas, o 4º relatório técnico da Fiocruz realizado no mês de abril de 2020, intitulado *Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas* mostrou indicadores de “vulnerabilidade” social e das condições de saúde dos povos indígenas mais elevados que o restante da população:

A vulnerabilidade sociodemográfica e sanitária da população indígena tem sido também evidenciada em inúmeros estudos, com destaque para o Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. Os resultados desta investigação, a mais ampla já realizada no país, indicaram níveis de desnutrição, diarreia e anemia em crianças, além de sobrepeso/obesidade e anemia em mulheres mais pronunciadas do que na população brasileira. Questões ligadas à sustentabilidade alimentar, atenção à saúde e garantia dos territórios, além de inúmeros problemas associados à invasão e contaminação ambiental por atividades garimpeiras e agropecuárias, têm sido apontadas como centrais na determinação dos perfis de desigualdade apresentados pela população indígena no Brasil (Fiocruz, 2020, p. 2-3).

Os dados subsequentes do referido documento informaram que maior nível de “vulnerabilidade” é para as populações indígenas próximas ou localizadas nos grandes centros urbanos onde o COVID-19 se instalou com mais rapidez. A exemplo de “Manaus, eixo Rio Branco/Porto Velho, Fortaleza, Salvador e capitais do Sul e Sudeste” (Fiocruz, 2020, p. 2). Todavia, ressaltando que os territórios indígenas fora da Amazônia Legal, encontram-se em um grau mais elevado de “vulnerabilidade” considerando o restrito acesso às fontes de água em abundância e aos recursos naturais, assim, dificultando o grau de isolamento das “comunidades”. Nesse contexto situa-se grande parte dos povos indígenas no Nordeste. Sobretudo aqueles que vivenciam situações de conflitos pelo direito aos territórios tradicionais, quando mediante o descaso com as políticas públicas em relação a garantia desse direito ao longo dos séculos, aprofundando-os no atual governo federal têm agravado a situação do enfrentamento ao COVID-19.

De forma geral, assistimos desde 2018 os discursos do atual Presidente da República durante a campanha presidencial, quando afirmava que não tinha interesses em demarcar as terras para as populações quilombolas e indígenas, ao contrário,

prometia regulamentar as terras invadidas e liberar a exploração de minérios na Amazônia para empresas internacionais. E desde que assumiu a presidência em 2019 os índices de desmatamento na Amazônia cresceram assustadoramente, com a invasões dos garimpos ilegais. Mesmo fora da Amazônia Legal a violência contra os povos indígenas aumentou também desde a eleição presidencial passada. Um exemplo disso foi o incêndio criminoso de um posto de saúde e uma escola na TI Pankararu/PE à noite, logo após o resultado das eleições presidenciais de 2018. O prejuízo no atendimento à saúde preventiva dos Pankararu foi afetado nos meses subsequentes a esse atentado, certamente, tendo desdobramentos negativos à proteção contra o COVID-19 atualmente. Historicamente os Pankararu enfrentam conflitos e são alvos de ameaças e ações violentas por parte de posseiros judicialmente inquiridos a saírem do território indígena. Assim, agravando-se a situação com a ascensão de uma pessoa anti-indígena na Presidência do país.

Após nove meses do relatório da Fiocruz, os números de contágios e óbitos de indígenas no Brasil estavam proporcionalmente superiores à população em geral. Considerando ainda que a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil – APIB estima que os dados fornecidos pela SESAI são inferiores aos números reais. Conforme a página oficial da APIB até o dia 10 de janeiro de 2021, dos 305 povos existentes no país, 161 foram afetados, tendo 44.680 infectados e 915 óbitos. Com destaque para a Amazônia Legal e a Região Centro-Oeste, liderando os mais altos índices de óbitos nos seguintes estados: Amazonas 215; Roraima 93; Pará 91; Maranhão 69; Mato Grosso 148; Mato Grosso do Sul 98. Tratando-se da região Nordeste, com exceção do estado do Maranhão, incluso na região da Amazônia Legal, Pernambuco com 13 e Ceará com 12 óbitos estão à frente dos demais estados. (APIB, 2021).

Embora os povos indígenas nestes dois estados, por iniciativas próprias, no início da pandemia tenham bloqueado os acessos aos territórios, não conseguiram evitar que o COVID-19 os atingisse. Quando grande parte dos territórios estão muito próximos das sedes municipais ou existem indígenas que depende do emprego nas cidades, tornando mais difícil controlar a circulação do vírus. Por exemplo, os boletins semanais da Rede de Monitoramento dos Direitos Indígenas em Pernambuco (REMDIPE) mostram que os números mais elevados de óbitos indígenas pelo COVID-19 ocorreram entre o

povo Fulni-ô, contabilizando cinco casos. Ressaltamos que a cidade de Águas Belas onde reside grande parte dessa população foi construída na Terra Indígena, significando que grande parte dessa população é urbana.

Chamou nossa atenção também os quatro óbitos de indígenas residindo fora dos territórios, todas em situações urbanas, na capital do estado ou Região Metropolitana do Recife, dentre essas, um indígena Warao⁴. Esses dados confirmam os riscos alertados no relatório da Fiocruz, no que se refere às situações de “vulnerabilidades” dos/as indígenas residentes próximo ou/em áreas urbanas. O fluxo migratório de indígena, seja na Venezuela ou no Brasil são reflexos da necropolítica pensada e empreendida em diversas frentes, seja pela via da colonização; da negação das identidades étnico dessas populações; das políticas integracionistas; da extração ilegal dos recursos naturais e expropriação das terras indígenas; com a negligência ao atendimento à saúde e educação, dentre outras políticas que matam tanto quanto as pandemias. Quanto aos povos que habitam os territórios relativamente isolados, estes estão sendo contaminados por garimpeiros ilegais, por agentes do Estado, seja do exército, seja da SESAI. (APIB, 2021).

Portanto, para não agravar mais as vulnerabilidades da população indígena no atual contexto pandêmico, as pesquisas de campo envolvendo essa população tiveram que ser reinventadas, sobretudo as etnografias. Estas que convencionalmente costumavam exigir certo tempo de contato, observações e interações físicas com o campo e os participantes da pesquisa; no atual contexto pandêmico essas exigências se tornaram absurda, em respeito à integridade física dos/as participantes. Assim, restringindo-se ao contato e a interação digital e virtual, usando ferramentas e estratégias que a Etnografia Online vem utilizando há alguns anos. A exemplo da observação e interação por meio das redes sociais virtuais com as diversas plataformas na internet. Embora fizéssemos uso de algumas dessas ferramentas, somente no atual contexto pandêmico, mediante as impossibilidades dos contatos físicos percebemos quão valiosas são.

⁴O povo Warao destaca-se como o segundo povos indígenas na Venezuela, cujos dados demográficos contabilizam aproximadamente 41.543 indivíduos, sendo que 5.309 vivendo em centros urbanos. Devido à crise política e econômica naquele país, desde 2014 ocorre um intenso um intenso fluxo dessa etnia no Brasil (García-Castro, 2018: 34-35).

Durante a pandemia – Etapa II: a imersão no campo digital e virtual

Na incerteza sobre quando seria possível retomar o contato presencial com os participantes da pesquisa, restou as possibilidades de investirmos integralmente na etnografia online. Esta conhecida e consolidada na Antropologia nas últimas décadas, considerando que, se a longa estadia física no campo possibilita os/as etnógrafos/as formular e rejeitar certas teorias a partir das experiências vividas em campo, isso também pode ser realizado sem necessariamente atender aos critérios convencionais. Pois, quando etnógrafos/as e etnografados/as podem usar ferramentas digitais e virtuais que possam torná-los visíveis, se beneficiarão tanto quanto aqueles que estão face a face fisicamente (Hine, 2015:56-57).

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que buscávamos compreender as condições dos povos indígenas em relação à pandemia, também fomos retomando alguns contatos de WhatsApp de alguns/mas participantes conhecidos e também de outros que ainda não conhecíamos. Estes, com os contatos indicados pelo Tarisson Nawa no início da pesquisa. A partir desses contatos iniciais conseguimos a adesão de outros/as que se dispuseram a participar. Conforme o desejo de cada um/a contatado/a fomos nos comunicando por chamadas de vídeos, mensagens de áudio ou texto escrito e pelas redes sociais (Facebook e Instagram).

A princípio, enviamos uma mensagem uniforme pelo WhatsApp para todos/as os/as participantes conhecidos/as e também para os que possivelmente poderiam participar, mas, não conhecíamos. Nessa mensagem, nos identificamos e nos apresentamos para aqueles/as que não nos conheciam. Informamos sobre o andamento da pesquisa, inclusive que estávamos morando na região próxima aos territórios indígenas, porém impossibilitados de visitá-los fisicamente devido a pandemia. Perguntamos se poderiam participar virtualmente e também indicar os contatos de outras pessoas. À medida que foram confirmando o interesse em contribuir dessa forma, fomos agendando dias e horários para as nossas conversas. Por esse meio de comunicação conseguimos que dentre os 68 contatos efetivados nesse período, 54 aceitaram participar.

Devido grande parte desses/as morarem em aldeias em contextos rurais vivenciamos alguns problemas com o sinal de internet, a exemplo de lentidão e

oscilação. Com isso houve uma variação na duração das primeiras conversas agendadas, onde construímos um roteiro preliminar sobre questões que gostaríamos ter observado se pudessemos estar fisicamente nos territórios. Onde a internet funcionava bem, conseguimos concluir o roteiro em uma única seção de três horas; mas, em muitos casos foi necessário duas a quatro seções com durações variadas.

Durante o processo de agendamento das conversas percebemos algumas informações pessoais sobre e sobre o cotidiano dos/as participantes. A exemplo, no caso das mulheres que constituíram famílias e tinham filhos/as, dificilmente se dispunham a agendar nossas conversas no horário da manhã. Pois alegavam que neste horário estavam ocupadas com atividades domésticas: cuidando das crianças, da arrumação da casa ou preparando as refeições familiares. E mesmo as participantes solteiras e sem filhos também precisavam auxiliar suas mães nessas atividades. Enquanto os homens, foram poucas as exceções que fizeram objeções de horários para conversarmos, mesmo aqueles que são pais.

Agendadas as primeiras conversas, o “clássico” caderno de campo ganhou uma extensão digital em formato de pastas de arquivo no nosso notebook. As pastas foram organizadas por etnias (somando um total de sete) e dentro de cada uma destas foram criadas outras, onde começamos a arquivar todas as informações de cada participante. O número de participantes por etnia varia entre 2 à 12 pessoas dependendo do fluxo de estudantes indígenas por etnia e também da disponibilidade em participar. Nas pastas individuais arquivamos um documento em Word contendo os dados pessoais do/a participante e o roteiro com as questões que norteiam as conversas (incluindo as mensagens de textos e transcrições dos áudios); imagens fotográficas compartilhadas pelo WhatsApp e redes sociais (Facebook e Instagram), vídeos e arquivos de áudios.

Por meio das páginas eletrônicas do Facebook e Instagram é possível que pesquisadores/as e pesquisados/as observem, interajam e se conheçam mais. No nosso caso, temos observado que os/as participantes da pesquisa postam conteúdos sobre as relações afetivas, expressões socioculturais, atividades de lazer, relações sociais, articulações políticas, eventos, dentre outros. Ao mesmo tempo que também têm acesso aos conteúdos postados nas minhas páginas, pois, propositalmente não criamos páginas específicas para a realização da pesquisa, porque a ideia foi criar e manter um canal de

diálogo mais pessoal possível, assim estreitando os laços de convivência e partilha, solidarizando-nos com as angústias de vivenciar o isolamento social.

De forma que nos colocamos a disposição para conversar sempre que qualquer um/a sentisse necessidade e vontade. Fosse pelo celular, WhatsApp ou as demais redes sociais. E assim, alguns/mas participantes solicitam com mais frequência, os/as mais reservados esperam que nos manifestemos, mas, sempre correspondem às nossas solicitações de informações sobre como estão. Nessa forma de relacionamento, pudemos partilhar de momentos felizes, como as comemorações de aniversários, nascimentos de bebês, encontros em eventos online, realizações de projetos pessoais e também dos coletivos. Mas, também partilhamos de momentos angustiantes como os casos de ansiedade e depressão vivenciados por alguns/mas participantes, acidentes domésticos ou doenças na família, perdas de amigos e parentes tanto em acidentes automobilísticos quanto pelo COVID-19. Porém, enfrentamos essas angústias com a certeza de que não estávamos sozinhos/as, onde a expressão “Estamos juntos/as” ganhou um significado imensurável.

Outro aspecto importante no uso dessas redes sociais para a nossa pesquisa foi possibilitar que todos/as os/as participantes possam se conhecer, interagir e potencializar a articulação política entre si. Poderíamos classificar essa situação como um efeito etnográfico, (Strathern, 2014). Porém, um efeito positivo. Por exemplo, os três *Campi* do Institutos Federais onde os/as participantes da pesquisa estudam pertencem à duas instituições distintas, localizadas relativamente distantes uns dos outros. Muitos/as participantes não se conheciam e não sabiam sobre alguns aspectos relacionados ao funcionamento dessas instituições, inclusive sobre alguns benefícios estudantis existentes em um, e não em outros. Uma das estratégias utilizadas para esse fim foi a criação de um Grupo de discussões no Facebook.

Outros canais de observação e comunicação são as plataformas do Youtube, Zoom e Google Meet como espaços virtuais muito acessados durante esse período de pandemia. Sendo um dos principais veículos de transmissão das “lives” e outros eventos online de interesses indígenas, também tem sido ponto de convergência entre nós. Em alguns desses eventos éramos palestrantes (pesquisadores/as e pesquisados/as), em outros nos encontramos como ouvintes. Sempre eram atividades compartilhadas nas

nossas redes sociais. O uso dessas plataformas possibilitou também o acesso à eventos promovidos tanto nos territórios indígenas, quanto nos Institutos Federais. No atual momento, temos previsto para realizar nos próximos meses algumas reuniões virtuais, onde possivelmente reuniremos os/as participantes dos três *Campi* e as lideranças “tradicionais”, para discutirmos a pesquisa e os futuros direcionamentos, possivelmente utilizaremos a plataforma *Zoom* ou a *Google meet*.

Considerações finais

Pensávamos que a pesquisa exploratória encerrava quando tivéssemos definido o campo empírico e os sujeitos participantes. Todavia, conforme nossas vivências no decorrer da pesquisa até o momento, entendemos que as experiências exploratórias são partes constitutivas da própria etnografia. Podendo iniciar a partir da aproximação com o campo empírico e teórico, e ocorrerem durante toda a pesquisa. De forma que buscamos nos apropriar da literatura científica a respeito do objeto de pesquisa, explorando as diferentes perspectivas teóricas até aquela que melhor possibilita nossas análises; a partir da aproximação física com o campo empírico exploramos as possibilidades e limites até chegar à definição do público em foco e as instituições; a partir desse recorte, seguimos explorando as diversas estratégias de imersão, interações no campo e com os/as participantes, apreendendo e produzindo conhecimentos a respeito dos espaços e situações vivenciadas no campo; e possivelmente a elaboração da escrita do relatório e apresentação será a expressão das inúmeras experiências exploratórias vivenciadas em todo o percurso da pesquisa.

Então, a partir das nossas experiências exploratórias compreendemos que a Etnografia multilocal, off-online e colaborativa, vem possibilitando analisar a circulação de significados e identidades socioculturais em tempos e espaços diversos, estabelecendo conexões entre sistemas locais e globais; explorar espaços virtuais como possibilidades etnográficas; mantendo parcerias fundamentais para a realização da pesquisa. Nesse sentido tem sido a perspectiva teórica/metodológica mais adequada para analisarmos os protagonismos sociopolíticos dos indígenas na Educação Superior em Pernambuco. Foi por meio da colaboração mútua que participamos de reuniões e eventos importantes antes e durante a pandemia do COVID-19, assim, possibilitando

observar diferentes espaços, situações e atores, e redirecionar as estratégias metodológicas da pesquisa.

A situação de pandemia nos guiou por outros caminhos teóricos/metodológicos que até então não vislumbrávamos. Inclusive trouxe questões sensíveis relacionadas à ética na relação entre pesquisador/a e pesquisados/as durante a pandemia, a exemplo de manter a continuidade da pesquisa de campo de forma digital e virtual, respeitando à proibição do acesso aos territórios indígenas; manter o distanciamento social como forma de proteção e cuidado com as condições de saúde dos participantes, dos familiares e demais pessoas que convivem; estabelecer um canal de diálogo e escuta sobre as condições físicas e emocionais dos/as participantes mediante a pandemia, as dificuldades e desafios das atividades acadêmicas pelo sistema remoto. Portanto, estamos vivenciando novas experiências exploratórias com as mídias e redes sociais, pois, embora estejamos usando ferramentas conhecidas, antes não explorávamos todas as potencialidades possíveis para a realização da pesquisa por não vê-las como necessárias, porque tínhamos a possibilidade da convivência física, e também porque não conhecíamos o arcabouço teórico com outras possibilidades.

Por fim, percebemos que no caso da presente pesquisa, o exercício da etnografia online iniciou concomitantemente à etnografia presencial. Pois, os contatos digital e virtual por meio do aplicativo de WhatsApp para fins da pesquisa ocorreram bem antes da pandemia. Com isso compreendemos que as formas de fazer etnografia são diversas, porém podem convergir conforme os contextos e situações. Significa que uma não anula outras, nem necessariamente sejam interdependentes. Pode haver fases em que se complementam, ou ocorrerem separadamente como tem sido neste momento onde somente dispomos das possibilidades de comunicações digital e virtual. Mas, não descartamos a possibilidade de retomar o exercício da etnografia também presencial quando a pandemia for controlada.

Referências bibliográficas

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. 2021. *Emergência Indígena: panorama geral da COVID-19*. (https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/; acesso 10/01/2021).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018. *Sinopse Estatística Educação Superior 2018*. Brasília: Inep. (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>; acesso em 26/11/2019).

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. *Características gerais dos indígenas*. In: IBGE, Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. 2016. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ.

FIOCRUZ/FGV, Relatório Técnico. 2020. *Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica*. (https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatorios_tecnicos_-_covid-19_procc-emap-ensp-covid-19-report4_20200419-indigenas.pdf; acesso em 22/06/2020).

GARCÍA-CASTRO, Alvaro A. 2018. *Los Warao en Brasil son refugiados, no inmigrantes*. Revista Périplos: GT CLACSO, Fronteiras internacionais e migração indígena na América do Sul, n.2, Vol. 2: 32-55.

HINE, Christine. 2015. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Bloomsbury Academic. London: Bloomsbury.

LIMA, Antônio. C. de S.; BARROSO, Maria M. 2013. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: LIMA, Antônio C. de S.; BARROSO, Maria M. (Orgs.). *Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008*, pp 45-78. Rio de Janeiro: E-papers (<http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>; acesso em 22/08/2016).

LIMA, Antônio C. de S. 2016. A educação superior de indígenas no Brasil: notas para balanços e possíveis perspectivas, à guisa de uma introdução. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: E-papers. (<http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>; acesso em 15/07/2017).

MARCUS, George. 1995. *Ethnography in/of the world system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. Revista Annual Review Anthropology. Vol. 24: 95-117.

MBEMBE, Achille. 2016. *Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte*. Revista Arte & Ensaios. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez.: 123-151.

MINAYO, Maria C. de S. 2010. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec.

MONTEIRO, John Manuel. 1994. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

PERRET, Gimenta. 2011. *Territorialidad y práctica antropológica: desafíos epistemológicos de una antropología multisituada/multilocal*. Revista KULA. Antropólogos del Atlántico Sur, n. 4, Abril.: 52-60.

RAPPAPORT, Joanne. 2018. "Más allá de la observación participante: la etnografía colaborativa como innovación teórica". In: LEYVA, Xochitl; ALONSO, Jorge, et al. *Prácticas otras de conocimiento(s): entre crisis, entre guerras*. 1ª edición digital, Tomo I, pp. 323-352. Buenos Aires: CLACSO.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. 1992. *As Fronteiras do Ser Xukuru: estratégias e conflitos de um grupo indígena no NE*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

STRATHERN, Ann Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

WAIZBORT, Ricardo; PORTO, Filipe. 2018. *Epidemias e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI*. Revista História, Ciências, Saúde, n. 2, Vol.25 abr/jun.: 391-407.